

05 JUN 2003

VALOR ECONÔMICO

Conjuntura Na avaliação da área econômica, retomada do nível de atividade começa em seguida, já em julho

Planalto espera “fundo do poço” este mês

Ribamar Oliveira e
Claudia Safatle
De Brasília

O “fundo do poço” da retração da economia deve ocorrer até final de junho. A partir de julho, na avaliação da área econômica do governo, começará uma lenta retomada do nível de atividade. “Já é possível ver uma luz no final do túnel, coisa que não conseguímos ver no início do ano”, avalia o chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, José Carlos Rocha Miranda.

Dados ainda preliminares indicam que se aprofundou a desaceleração da produção em abril e maio, se comparada aos números do primeiro trimestre.

Essa piora ocorreu por causa de um acúmulo indesejável de estoques, resultante da contratação da demanda agregada numa intensidade superior à que era esperada pelo setor privado. Os estoques chegaram a crescer cerca de 80% em alguns setores, como eletrodomésticos e automóveis, segundo dados de fontes oficiais.

Com a manutenção das elevadas taxas de juros, as empresas começaram a fazer uma “queima de estoques” através de liquidações, o que deverá se refletir na queda da inflação.

E, a partir de julho, as indústrias devem começar a receber novas encomendas, reiniciando o ciclo de recomposição de estoques, o que trará alívio para o nível da atividade econômica.

Isso, aliado ao dinamismo do setor exportador e a investimentos novos que alguns desses setores estão tendo que fazer para atender as encomendas externas, vão gerar um moderado crescimento este ano, algo próximo a 2%.

Pelo menos é essa a percepção de assessores do governo encarregados de fazer a análise de conjuntura.

A receita para atravessar esse período — até chegar a um ambiente de crescimento econômico e alívio na taxa de desemprego — sem ceder a tentação de afrouxar as políticas monetária e fiscal é ter “calma”, assinalam assessores do governo.

Não se afogar com as pressões

pela redução imediata da taxa de juros; completar o ajuste para tirar oxigênio da inflação; e concluir as regras que devem orientar o setor de infra-estrutura, para atrair novos investimentos. Jogam contra esse cenário, contudo, a intensidade da restrição ao crédito e a queda efetiva do salário real.

A expectativa é de que o crescimento das exportações, este ano, seja um pouco menor ao longo do ano do que foi nos primeiros meses, e que o setor de serviços, que no ano passado teve uma performance ruim se comparado à produção de bens (tanto industriais quanto agropecuário), tenha, agora, um comportamento mais favorável.

Dada a dimensão da crise que

o país viveu no ano passado — e a retração de hoje é fruto disso — o governo endureceu na política fiscal e aumentou a taxa de juros real.

Como resposta, o risco país caiu de forma rápida, houve uma valorização da taxa de câmbio e os juros pré-fixados do Tesouro nacional, que em 2002 bataram na casa dos 40%, estão atualmente no patamar de 24%.

Desta vez, contudo, a inflação está caindo de forma muito mais lenta do que era esperado.

Na análise dos técnicos do governo, essa demora na resposta dos índices de inflação ainda decorre da brutal mudança de preços relativos que a desvalorização cambial do ano passado ainda está provocando na econo-

mia, num processo que está afetando toda a estrutura produtiva do país.

E o sinal de que a remarcação de preços ainda não é um problema totalmente superado, na avaliação oficial, é o preocupante comportamento do núcleo inflacionário.

O núcleo do IGP-DI em abril foi de 1,20% e, no ano (janeiro-abril), 4,60%; o do IPCA foi de 1,10% em abril e ainda projeta inflação de dois dígitos em doze meses, algo em torno de 14%.

E se há um consenso entre os assessores do governo, seja ele do PT ou não, é de que não dá para abrir mão da busca da estabilidade para abrir espaço para o crescimento econômico. Ambos têm que vir juntos.